

O Postigo do Melo e Casas do Embaixador

Os edifícios urbanos, como indivíduos participando na malha urbana, obedecem a normas jurídicas, legislativas e económicas, reflexo da gestão territorial da cidade. Esta definição relaciona-se com um tipo e uma imagem específica de um contexto civil e ambiental de um determinado período histórico.



Duas categorias de edifícios são visíveis, os de “frente” e os de “topo” de quarteirão, que se dividem em três tipos: um resultante do módulo-padrão inicial, outro da sua divisão e um terceiro da adição de outro módulo-padrão...

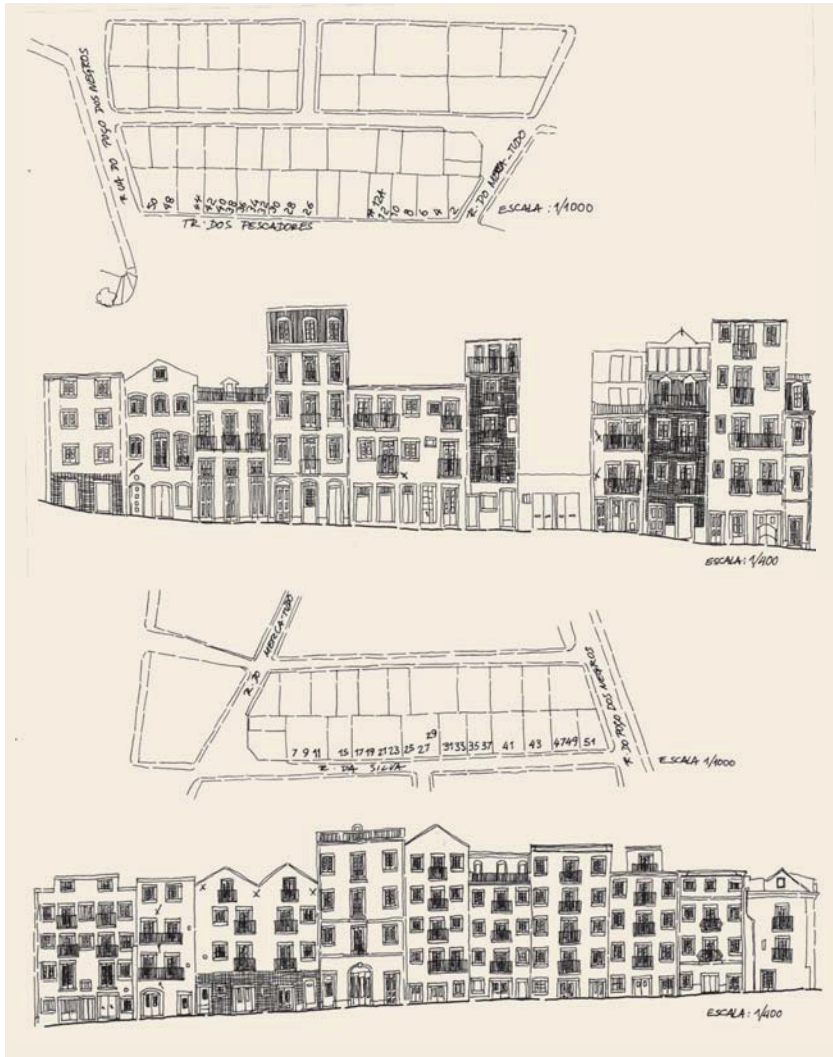
A cidade como um objecto vivo e os seus centros históricos podem ser considerados monumentos, dado o seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico e social. Para assegurar a sua conservação e reabilitação é necessário definir tipos. A análise do edifício de rendimento em Lisboa, do século XVI à 1.ª metade do século XVIII, permitiu estabelecer um padrão referencial, levando à descoberta de um núcleo urbano situado entre a Madragoa e a encosta de Santa Catarina, o Postigo do Melo e Casas do Embaixador.

A necessidade de rentabilizar o espaço disponível da cidade levou à sua divisão em lotes e ao aparecimento de um modelo sistematizado de edifício plurifamiliar, organizado verticalmente em loja, sobreloja, 1.º e 2.º andar. Do século XVI à 1.ª metade do século XVIII, números-medida, de base pitagoriana, proporcionam as

medidas de frente e profundidade do lote, o alçado do edifício e definem distâncias de ruas entre quarteirões. O lote do edifício de rendimento (30 x 60 palmos = 6,75 x 13,5 m) é usado como módulo-padrão, divisível ou agregável consoante o poder económico do comprador, resultando edifícios com diferentes plantas distributivas. Esta arquitectura erudita, fruto de um corpo legislativo preciso e teorizado, dada a sua simplicidade formal é muitas vezes confundida com a vernácula.


A Regimentação da época definia para todo o território português uma imagem-tipo para o alçado do edifício, a arquitectura de interior e os seus materiais de construção: madeira de castanho para pavimentar os pisos, o uso de sobrado nas áreas por cima das asnas, a presença de cantareiras nas janelas de peito e chaminés em cada fogo. As métricas

proporcionais modulavam o interior e o exterior do edifício e a imagem de alçado. A iconografia, o edificado mais bem preservado da época e a literatura existente sobre os elementos de composição de alçado definem uma imagem precisa do edifício de rendimento do século XVI à 1.ª metade do século XVIII quanto a: remates de fachadas, telhados, cunhais, gelsias, muxarabis e rótulas, portas, águas-furtadas, frestas e óculos, brasão da cidade de Lisboa e placas foreiras. Esta informação reavaliada com a análise de novos dados permitiu a construção de um padrão referencial, que evidenciou a existência de dois grupos de edifício (um para os séculos XVI e XVII e o outro para a 1.ª metade do século XVIII) e a evolução desde o módulo-padrão inicial até ao modelo do grande edifício de rendimento joanino, ilus-



... resultam, assim, diferentes plantas distributivas, de acordo com: a relação dimensão do lote/escadas; a inter-relação lote/planta/materiais de construção; a profundidade do lote, a sua forma e a existência de corredor; o comprimento do lote e o número de divisões por habitação; a localização das escadas, as janelas e o desenho de fachada

trado nos desenhos de alçado do edifício para a Rua dos Ourives. O agregado familiar típico, as noções de conforto e de sociabilidade da época, e o contexto social e político redefiniram o tipo de planta distributiva existente e o número de divisões por fogo – três a quatro.

O núcleo Postigo do Melo e Casas do Embaixador, pela sua coerência e unidade, pode ser considerado um monumento. A sua descoberta, dada a singularidade dos seus tipos, concentrados numa área pequena, permite uma aturada reavaliação do edifício de rendimento e da sua evolução. Este núcleo é delimitado pelo Largo de Conde-Barão, pelas Ruas das Gaivotas, do Poço dos Negros e a Avenida D. Carlos I. A contínua ocupação dos seus lotes desde o 1.º quartel do século XV até 1700, prova uma tradição arquitectónica ininterrupta, legada para o séculos XVIII e XIX, visível na tripartição de fachadas e num número padrão de três divisões por habitação. 

Bibliografia:

MATOS, V. P., *Subsídios para o estudo do edifício de rendimento em Lisboa, século XVI à 1.ª metade do século XVIII*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

VANDA PEREIRA DE MATOS,
Mestre em Reabilitação da Arquitectura
e Núcleos Urbanos pela Faculdade
de Arquitectura da Universidade Técnica
de Lisboa



Sociedade de Construções José Moreira, Lda. - Av. Manuel Abadinho, Nº 15 Rabalreira Sul, 2730-352 AMADORA - Telef: 21 494 12 78 - 21 489 84 58, fax: 21 493 97 80 E-mail: scm@bigg.pt Cont. Nº 501337300 Soc. por quotas, Capital Social 750.000 Euros. Inscrita no Com. de Reg. Com. da Amadora sob o Nº 4412.